



Prefeitura de Itabuna-BA
Professor – Educação Infantil

PORTUGUÊS

Análise e Interpretação de Textos: Compreensão global das informações. Reconhecimento da estrutura do texto e dos parágrafos. Identificação das ideias principais e secundárias, pressuposições e inferências.....	1
Significados de palavras e expressões no texto.	7
Substituição de palavras e de expressões do texto. Nexos e outros recursos coesivos e recursos de argumentação.....	9
Gêneros textuais diversos.....	12
Linguagem e adequação social. Registros formal e informal da linguagem.	23
Variedades linguísticas e seus determinantes sociais, regionais, históricos e individuais.	25
Textualidade: Coesão, coerência, argumentação e intertextualidade.....	26
Confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas.....	28
Fonologia: Letras (consoantes, vogais e semivogais). Fonemas. Encontros vocálicos. Dígrafos. Encontros consonantais. Sílabas: classificação, divisão, acento tônico; monossílabos,	29
Acentuação gráfica e suas regras, Notações léxicas.....	33
regras especiais, acento diferencial/grave.	35
Ortografia.....	37
Emprego dos porquês.	44
Emprego do hífen.....	44
Sinais de pontuação.	45
Morfologia: Classes de palavras variáveis (adjetivo, artigo, numeral, pronome, substantivo e verbo), reconhecimento, classificação, uso e flexão. Classes de palavras invariáveis (advérbio, conjunção, interjeição e preposição), reconhecimento, classificação e uso.	49
Semântica: Sinônimos. Antônimos. Homônimos e parônimos. Denotação e conotação.....	61
Figuras de linguagem.....	61
Sintaxe: Análise sintática (interna e externa).	66
Concordância nominal e verbal.....	71
Regência nominal e verbal.....	73
Pontuação.	76

SUMÁRIO



Emprego da crase	76
Exercícios	76
Gabarito	86

LEGISLAÇÃO

Normas Legais: - BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. (Art. 1º a 69; Art. 76 a 92; Art. 101 e 102; Art. 127 a 129)	1
ITABUNA. Lei Orgânica do Município	52
ITABUNA. Lei Municipal nº 2.442/2019 Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município	53
Exercícios	53
Gabarito	56

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Temas Educacionais e Pedagógicos: Planejamento e organização do trabalho pedagógico.	1
Gestão democrática.	16
Teoria e prática de currículo.	17
Projeto político-pedagógico da escola.	24
Função histórico-cultural da escola.	35
Educação/sociedade e prática escolar.	37
Interação escola, família e comunidade.	42
Relações humanas na escola.	62
Educação em e para os Direitos Humanos.	63
Educação ambiental.....	64
Educação integral.....	66
Educação Especial/Inclusiva.	70
Educação a distância.	90
Tecnologias da informação e comunicação na educação.....	94
Psicologia da educação e da aprendizagem.....	101
Neurociência e aprendizagem.....	116
Práticas pedagógicas e construção do conhecimento.....	128
Didática e prática histórico-cultural.....	129
Tendências pedagógicas na prática escolar.....	130
Concepções didático-pedagógicas e a prática educativa.....	135
Metodologias de ensino.	136
Processos de ensino e de aprendizagem.	138
Relação professor/aluno.	141
Compromisso social e ético do professor.	142

SUMÁRIO



Prática docente e gestão escolar.	144
Organização do Trabalho Pedagógico em sala de aula.	145
Organização do tempo e do espaço na prática pedagógica.	146
Componentes do processo de ensino: objetivos, conteúdos, métodos, estratégias e meios.	154
Competências gerais da Educação Básica.	155
Avaliação e suas implicações pedagógicas	156
Organização do ensino na Educação Básica.....	160
Temáticas históricas ou emergentes do contexto escolar na educação brasileira: evasão e abandono escolar,	161
Comportamento e indisciplina	165
Defasagem da aprendizagem	166
Sucesso e fracasso escolar.....	169
Violência e drogas.....	170
Base Nacional Comum Curricular: introdução e estrutura.	171
Normas Legais: - BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Da Ordem Social - Art. 193 a 232.	227
- BRASIL. Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.	248
- BRASIL. Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.	316
- BRASIL. Lei nº 12.288/2010 - Estatuto da Igualdade Racial.	345
- BRASIL. Lei nº 13.146/2015 - Estatuto da Pessoa com Deficiência.....	358
- BRASIL. Lei nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação - PNE	390
BRASIL. Lei nº 14.113/2020 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).....	415
- BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2/2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular	439
- BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 4/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.....	450
- BRASIL. Resolução nº 7/2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos.....	467
- BRASIL. Parecer CNE/CP nº 3/2004 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.....	480
Exercícios.....	494
Gabarito.....	503

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - PARTE 2

Fundamentos e prática pedagógica em educação infantil	1
Fundamentos da Infância	27
O cotidiano na creche/escola: espaço, rotina, afetividade, alimentação, higiene, cuidados essenciais	30
Família e instituição	41
Infância, brincadeira, ludicidade, desenvolvimento e aprendizagem	48
O cuidar e o educar	65
O brincar, o movimento e o conhecimento de si e do outro	68
Conceitos: movimento, tempo, cultura, espaços, paisagem, sociedade, trabalho, natureza e representação, ambiente, relação entre ser humano e ambiente	68
Jogos, brinquedos e brincadeiras na educação infantil	70
Recreação	70
Comportamento Infantil	82
Identidade e autonomia	83
Psicomotricidade	83
Desenho Infantil	84
Literatura Infantil	85
Conteúdos e Métodos da Educação Infantil	87
Alfabetização	92
Matemática na educação infantil	105
Avaliação na educação infantil	112
Política Nacional de Alfabetização	116
Base Nacional Comum Curricular: etapa da educação infantil	117
Exercícios	127
Gabarito	133

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.





TÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania
- III - a dignidade da pessoa humana;
- IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
- V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - independência nacional;
- II - prevalência dos direitos humanos;
- III - autodeterminação dos povos;
- IV - não-intervenção;
- V - igualdade entre os Estados;
- VI - defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.



Conhecimentos Específicos

Para Moretto¹, planejar é organizar ações (ideias e informações). Essa é uma definição simples, mas que mostra uma dimensão da importância do ato de planejar, uma vez que o planejamento deve existir para facilitar o trabalho tanto do professor como do aluno.

Gandin² sugere que se pense no planejamento como uma ferramenta para dar eficiência à ação humana, ou seja, deve ser utilizado para a organização na tomada de decisões. Para melhor entender precisa-se compreender alguns conceitos, tais como: planejar, planejamento e planos.

Libâneo³ diz que o planejamento do trabalho docente é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação do professor, tendo as seguintes funções: explicar princípios, diretrizes e procedimentos do trabalho; expressar os vínculos entre o posicionamento filosófico, político, pedagógico e profissional das ações do professor; assegurar a racionalização, organização e coordenação do trabalho; prever objetivos, conteúdos e métodos; assegurar a unidade e a coerência do trabalho docente; atualizar constantemente o conteúdo do plano; facilitar a preparação das aulas.

Planejamento: “É um instrumento direcional de todo o processo educacional, pois estabelece e determina as grandes urgências, indica as prioridades básicas, ordena e determina todos os recursos e meios necessários para a consecução de grandes finalidades, metas e objetivos da educação. ”

Plano Nacional de Educação: “Nele se reflete a política educacional de um povo, num determinado momento histórico do país. É o de maior abrangência porque interfere nos planejamentos feitos no nível nacional, estadual e municipal. ”

Plano de Curso: “O plano de curso é a sistematização da proposta geral de trabalho do professor naquela determinada disciplina ou área de estudo, numa dada realidade. Pode ser anual ou semestral, dependendo da modalidade em que a disciplina é oferecida. ”

Plano de Aula: “É a sequência de tudo o que vai ser desenvolvido em um dia letivo. (...). É a sistematização de todas as atividades que se desenvolvem no período de tempo em que o professor e o aluno interagem, numa dinâmica de ensino e de aprendizagem. ”

Plano de Ensino: “É a previsão dos objetivos e tarefas do trabalho docente para um ano ou um semestre; é um documento mais elaborado, no qual aparecem objetivos específicos, conteúdos e desenvolvimento metodológico. ”

Projeto Político Pedagógico: “É o planejamento geral que envolve o processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica da instituição. É um processo de organização e coordenação da ação dos professores. Ele articula a atividade escolar e o contexto social da escola. É o planejamento que define os fins do trabalho pedagógico.”⁴.

Os conceitos apresentados têm por objetivo mostrar para o professor a importância, a funcionalidade e principalmente a relação íntima existente entre essas tipologias.

Segundo Fusari⁵, “Apesar de os educadores em geral utilizarem, no cotidiano do trabalho, os termos “planejamento” e “plano” como sinônimos, estes não o são.”

Outro aspecto importante, segundo Schmitz⁶ é que “as denominações variam muito. Basta que fique claro o que se entende por cada um desses planos e como se caracterizam. ” O que se faz necessário é estar consciente que:

1 MORETTO, Vasco Pedro. Planejamento: planejando a educação para o desenvolvimento de competências. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

2 GANDIN, Danilo. O planejamento como ferramenta de transformação da prática educativa. 2011.

3 LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.

4 MEC - Ministério da Educação e Cultura. Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos - Avaliação e Planejamento - Caderno 4 - SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2006.

5 FUSARI, José Cerchi. O planejamento do trabalho pedagógico: algumas indagações e tentativas de respostas. 1990.

6 SCHMITZ, Egdio. Fundamentos da Didática. 7ª Ed. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2000.



Bases Legais para a Prática Pedagógica na Educação Básica

Com a aprovação da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o dia 20/12/96 assinala um momento de transição significativo para a educação brasileira, o Chefe do Poder Executivo sancionou a Lei 9.394/96, denominando-a “Lei Darcy Ribeiro”.

Assim, a nova LDB, ao estabelecer a finalidade e os fundamentos da formação profissional, utiliza a expressão formação de profissionais da educação e, mais adiante, refere-se à formação de docentes.

Para melhor compreensão dessas expressões, utilizaremos o entendimento de Freitas (1992)¹, que nos parece apropriado para isso. Segundo esse autor, profissional da educação é “aquele que foi preparado para desempenhar determinadas relações no interior da escola ou fora dela, onde o trato com o trabalho pedagógico ocupa posição de destaque, constituindo mesmo o núcleo central de sua formação”. Portanto, não há identificação de “trabalho pedagógico com docência, (...) sendo este um dos aspectos da atuação do profissional da educação”. No entanto, ainda de acordo com Freitas, há que se reafirmar que a formação do profissional da educação é a “sua formação como educador, com ênfase na atuação como professor”.

Dessa forma, a Lei coloca como finalidade da formação dos profissionais da educação atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase de desenvolvimento do educando.

Assim, criar condições e meios para se atingir os objetivos da educação básica é a razão de ser dos profissionais da educação. Formação com tal finalidade terá por fundamentos, segundo a Lei, “a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante capacitação em serviço” e “o aproveitamento da formação e experiências anteriores”, adquiridas, estas, não só em instituições de ensino, mas também em “outras atividades”, que não do ensino.

Práticas Pedagógicas e Docência

Afinal de contas, o que é uma prática pedagógica? Talvez essa pergunta seja muito frequente entre alunos e professores. Percebe-se, em suas falas, certa tendência em considerar como pedagógico apenas o roteiro didático de apresentação de aula, ou seja, apenas o visível dos comportamentos utilizados pelo professor durante uma aula.

Dessa situação, decorrem alguns questionamentos:

- A) Prática docente é sempre uma prática pedagógica?
- B) Existe prática pedagógica fora das escolas, além das salas de aula?
- C) O que é, afinal de contas, o pedagógico?
- D) O que caracteriza uma prática pedagógica?

Essas similaridades são mais bem compreendidas a partir da diferenciação proposta por Carr² entre o conceito de *poiesis* e o de *práxis*. O autor considera que a primeira é uma forma de saber fazer não reflexivo, ao contrário da última, que é, eminentemente, uma ação reflexiva. Nessa perspectiva, a prática docente não se fará inteligível como forma de *poiesis*, ou seja, como ação regida por fins prefixados e governada por regras predeterminadas. A prática educativa, de modo amplo, só adquirirá inteligibilidade quando for regida por critérios éticos imanentes, que, segundo Carr, servem para distinguir uma boa prática de uma prática indiferente ou má.

1 FREITAS, Luís Carlos. **Em direção a uma política para a formação de professores**. Brasília, ano 12, nº 54, abr./jun. 1992.

2 CARR, W. *Una teoria para la educación: hacia una investigación educativa crítica*. Madrid: Morata, 1996.